

# Sumário

## Editorial

Os desafios do emprego de tecnologias baseadas em inteligência artificial para proteção da memória de pessoas falecidas .....	7
---	---

## DOCTRINA E ATUALIDADES

### A controvérsia do “contato herdeiro” na herança digital: entre a representação voluntária e o mandato

<b>José Luiz de Moura Faleiros Júnior</b> .....	13
1 Introdução .....	13
2 Um “contato herdeiro” para a gestão póstuma de bens digitais? .....	15
2.1 Facebook (e Instagram) .....	18
2.2 Apple .....	23
2.3 Google/YouTube e as peculiaridades do AdSense .....	25
3 Qual é a natureza do conteúdo disponibilizado ao “contato herdeiro”? .....	28
4 Confiança, <i>contemplatio domini</i> e representações como signos essenciais da designação do “contato herdeiro” .....	33
5 Considerações finais .....	38
Referências .....	39

### A proteção do direito à imagem

<b>Benigno Núñez Novo</b> .....	45
1 Introdução .....	45
2 Desenvolvimento .....	46
3 Exceções ao direito à imagem .....	49
4 Indenização e dano moral no direito à imagem .....	49
5 Diferenciação entre direito à imagem e direito à honra .....	49
5.1 Considerações sobre o direito à imagem .....	50
6 Uso comercial .....	53
7 Impacto da internet .....	54
8 Promoção da mídia .....	55
9 Outros casos .....	55
10 Denúncia .....	56
11 Conclusão .....	58
Referências .....	58

### Repercussões jurídicas do esporte eletrônico como atividade profissional

<b>Evado Pedroso de Paula e Silva</b> .....	61
Introdução .....	61
1 Gerações .....	63
1.1 Geração Y: características dos jovens interligados ao ciberespaço .....	65
1.2 A nomenclatura: Geração <i>Millennials</i> .....	69
1.3 Geração Z: <i>iGeneration</i> , Plurais ou <i>Centennials</i> .....	71
1.4 O ciberespaço e a participação das gerações .....	74
2 Jogos, sociedade e interação .....	77
2.1 Jogo, esporte e <i>e-Sport</i> .....	80
2.2 Do esporte ao <i>e-Sport</i> : a profissionalização dos novos atletas .....	85

Conclusões: esporte eletrônico é coisa de jovem?.....	88
Referências .....	90

## A parametrização nos contratos de seguros

<b>Hugo Leonardo de Oliveira Novaes</b> .....	95
Introdução .....	95
1    Contrato de seguro no direito brasileiro: aspectos gerais .....	97
2    A parametrização em contratos de seguros e a análise econômica do direito.....	99
3    A regulação de sinistro .....	101
4    Aleatoriedade vs comutatividade .....	103
5    A regra indenitária no contrato de seguro .....	104
6    Contratos de seguros paramétricos e o mercado nacional.....	105
Conclusões .....	107
Referências .....	108

## A importância da LGPD para as *startups*

<b>Ana Carolina de Almeida Salvador</b> .....	111
Introdução.....	111
1    Considerações acerca da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira .....	114
2    A proteção de dados no Brasil como forma de incentivo ao empreendedorismo inovador: considerações acerca das sociedades personificadas e a necessidade de sua adequação à LGPD.....	119
2.1    Empresário individual .....	121
2.2    A extinta EIRELI .....	121
2.3    Sociedades em nome coletivo.....	122
2.4    Sociedades em comandita simples .....	123
2.5    Sociedade limitada.....	123
2.6    Sociedades limitadas <i>versus</i> sociedades anônimas.....	124
2.7    Sociedade em conta de participação .....	126
2.8    Cooperativas .....	126
2.9    Registro e constituição .....	127
3    A proteção de dado como mecanismo inovador nas empresas – um modelo de negócios pautado na governança de dados .....	127
4    Considerações finais.....	131
Referências .....	133

## Do direito civil-constitucional ao direito civil-convencional: a modificação da teoria das incapacidades pela Lei Brasileira de Inclusão à luz da Convenção de Nova Iorque

<b>Rodrigo Oliveira Acioli Lins, Juliano Ralo Monteiro</b> .....	135
1    Introdução .....	136
2    O direito civil-constitucional como paradigma interpretativo.....	137
3    O controle de convencionalidade das normas infraconstitucionais.....	140
4    Por um novo paradigma interpretativo: o direito civil-convencional .....	143
5    A nova teoria das incapacidades com o advento da Lei Brasileira de Inclusão: uma análise à luz da Convenção de Nova Iorque da retirada das salvaguardas da pessoa com deficiência pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	145
6    Conclusão .....	147
Referências .....	148

## DIÁLOGOS

A legalidade do reembolso assistido de despesas em saúde sob a ótica do consumidor

<b>Rafael de Melo Garioli</b> .....	153
Referências .....	169

Análise quanto à possibilidade de aplicação do instituto da compensação de créditos e débitos no âmbito da recuperação judicial de empresas

<b>Beatriz de Castro Gomes</b> .....	173
1    Introdução .....	173
2    Instituto da compensação de créditos e débitos .....	175
2.1  Definição legal .....	175
2.2  Evolução histórica e modalidades de compensação .....	177
2.3  Influências estrangeiras .....	178
2.3.1  Escola francesa .....	178
2.3.2  Escola alemã .....	181
3    A compensação no ordenamento jurídico brasileiro .....	182
4    A compensação no âmbito da recuperação judicial .....	186
4.1  Créditos existentes e requisitos preenchidos antes do pedido de recuperação .....	188
4.2  Preenchimento dos requisitos em momento posterior ao pedido de recuperação para dívidas preexistentes .....	189
4.2.1  Primeira vertente: defende a impossibilidade de compensação em relação a débitos compensáveis após o pedido de recuperação judicial .....	189
4.2.2  Segunda vertente: prevalência dos princípios da autonomia da vontade e força obrigatória dos contratos .....	191
4.3  Créditos e débitos constituídos após o pedido de recuperação judicial .....	192
5    Conclusão .....	193
Referências .....	194

## VOZ UNIVERSITÁRIA

Teoria do risco de desenvolvimento no ordenamento jurídico brasileiro

<b>Gustavo Henrique Zago</b> .....	199
1    Introdução .....	199
2    Responsabilidade civil dos fornecedores e a Diretiva nº 85/374/CEE .....	201
2.1  Doutrina e posicionamento jurídico .....	203
2.2  O direito do consumidor e as novas tecnologias .....	204
2.3  Obsolescência programada .....	208
3    Princípios e garantias do Código de Defesa do Consumidor .....	210
4    Princípios da prevenção e precaução .....	212
5    Considerações finais/conclusão .....	216
Referências .....	217

## AGENDAS DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

A multifuncionalidade da responsabilidade civil e a incongruência do dano moral como equivalente funcional

<b>Nelson Rosenvald</b> .....	221
1    Introdução .....	221
2    A multifuncionalidade da responsabilidade civil .....	223

3	Responsabilidade civil: compensar, punir e restituir.....	224
4	O dano moral como equivalente funcional.....	230
5	Conclusão .....	239
	Referências .....	241

A democratização da família: uma análise das relações conjugais e parentais na contemporaneidade a partir de Bauman

<b>Patrícia Ferreira Rocha</b> .....	243
Introdução.....	243
1    A família como espelho da sociedade.....	244
2    A liquidez das relações conjugais .....	246
3    As relações parentais resistiram à modernidade líquida? .....	250
Considerações finais .....	256
Referências .....	257

## JURISPRUDÊNCIA

### Superior Tribunal de Justiça

Direito Civil e Processual Civil – Suspensão do cumprimento de sentença – Ausência de bens passíveis de execução – Inércia do exequente por significativo período de tempo – Boa-fé objetiva – <i>Supressio</i> – Não ocorrência – Distinção – Prescrição e decadência – Impossibilidade de suspensão da fluência de juros e correção monetária durante a suspensão do processo. Recurso Especial nº 1.717.144/SP .....	261
---	-----

### Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Ação de obrigação de fazer – Plano de saúde – <i>Home care</i> – Internação domiciliar substitutiva da internação hospitalar – Insumos necessários ao tratamento de saúde – Cobertura obrigatória – Custo do atendimento domiciliar limitado ao custo diário em hospital. Recurso Especial nº 2.017.759/MS.....	271
--	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES .....	277
----------------------------------	-----